



PSD p.7

Jorge Moreira da Silva em Faro na apresentação da candidatura de Rogério Bacalhau



PSD p.12

Luis Montenegro na apresentação de Diogo Mateus, o próximo Presidente da Câmara Municipal de Pombal

POVO LIVRE



nº 1783

22 de Maio de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Primeiro-Ministro reuniu com os partidos para debater estratégia de crescimento



O Chefe de Governo recebeu a delegação do PSD

PSD p.11

Candidatura de Almeida Henriques à Câmara Municipal de Viseu

Governo p.13

O novo QREN vai dispor de 16 programas operacionais

O Primeiro-Ministro esteve no Conselho de Estado com o “pós-troika” na agenda



O Presidente da República e os seus conselheiros de Estado reuniram-se na segunda-feira passada, com o ‘pós-troika’ na agenda, num encontro que também teve em cima da mesa o próximo Conselho Europeu de Junho.

“Considerarei que era importante ouvir a reflexão dos conselheiros de Estado sobre matérias de relevância clara em Portugal, à medida que se aproxima o fim do programa de assistência financeira, mas também para obter indicações para a posição portuguesa a ser defendida, pelo Governo português, no Conselho Europeu do mês de Junho”, explicou o chefe de Estado na terça-feira da semana passada, um dia depois de ter anunciado publicamente a convocatória da reunião do seu órgão político de consulta.

Mas pelo menos um conselheiro de Estado, o antigo Presidente da República Mário Soares, já admitiu que preferia discutir na reunião de segunda-feira a situação actual do país do que o pós-‘troika’.

Para outro conselheiro de Estado, o ex-líder do PSD Marcelo Rebelo de Sousa o debate do Conselho de Estado vai ser centrado no futuro e servir para o Presidente da

República “ouvir o que é que os conselheiros pensam sobre o Mundo, a Europa e Portugal, daqui a um ano, um ano meio, dois anos, três anos, quatro anos”, mas vai decorrer “cheio de pontos de interrogação” e com “muitas incógnitas”.

O Primeiro-Ministro, que também é conselheiro de Estado por inerência do cargo, também já manifestou a sua convicção de que o debate será centrado no “país pós-troika” e não na situação do executivo PSD/CDS-PP, dissociando a convocação do órgão de consulta presidencial de alegadas “guerras internas” no executivo, que também já negou existirem.

Integram o Conselho de Estado, por inerência dos cargos que desempenham ou ocuparam: a presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o presidente do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, os Presidentes dos governos regionais e antigos presidentes da República eleitos na vigência da Constituição.

Integram o Conselho de Estado cinco cidadãos eleitos pelo Parlamento: António José Seguro, Manuel Alegre, Francisco Pinto Balsemão, Luís Marques Men-

des e Luís Filipe Menezes.

Outros cinco cidadãos designados pelo Presidente da República completam a composição daquele órgão: João Lobo Antunes, Marcelo Rebelo de Sousa, Leonor Beleza, Vítor Bento e António Bagão Félix.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, o socialista Vasco Cordeiro, foi o único conselheiro de Estado a anunciar a vai ‘falhar’ a reunião, porque a data coincide com o Dia da Região.

A reunião está marcada para as 5 da tarde, no Palácio de Belém, e foi muito longa, pois passava da meia-noite quando os Conselheiros saíram da Residência Oficial do Presidente da República.

Mas o antigo Presidente da República, Mário Soares saiu da reunião do Conselho de Estado por volta das 7 e meia da tarde, alegando “motivos de saúde”, adiantando apenas que, apesar de todos os conselheiros já terem usado da palavra, o encontro ainda está no “começo”.

“Como sabem não se diz o que se passou no Con-

selho de Estado, não vou infringir essa regra”, afirmou Mário Soares.

Antes da saída de Mário Soares, cerca das 18 e 20, o antigo líder do PSD, Luís Filipe Menezes também abandonou por breves momentos o encontro, dirigindo-se a seu automóvel, regressando minutos depois para o Palácio de Belém.

Ao mesmo tempo que decorre a reunião do Conselho de Estado, em frente ao Palácio de Belém está a decorrer uma manifestação convocada pelo movimento “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”.

Contudo, dentro do Palácio de Belém não chega sequer o barulho que os manifestantes vão fazendo, até porque não passavam de duas escassas dezenas.

Esta foi a décima reunião do Conselho de Estado, o órgão político de consulta do Presidente da República, desde que Cavaco Silva é chefe de Estado.

A última reunião aconteceu a 21 de Setembro para analisar a crise da Zona Euro e a situação nacional, uma semana depois de o primeiro-ministro ter anunciado alterações Taxa Social Única, que acabaram por não ser introduzidas.

No final dessa reunião, que demorou oito horas, surgiu a disponibilidade do executivo para “estudar alternativas” à alteração da Taxa Social Única (TSU), medida que acabou por não avançar.

Este Conselho foi o mais longo da Presidência de Cavaco Silva e terminou à meia-noite, ao fim de quase sete horas de reunião do órgão político de consulta do Presidente da República.

O antigo Presidente da República Jorge Sampaio foi o único conselheiro de Estado que, à saída, parou perante as insistentes perguntas dos jornalistas, mas limitou-se a dizer que a reunião tinha sido “interessante”.

O Conselho de Estado defendeu a necessidade de equilíbrio entre disciplina financeira, solidariedade e estímulo à economia, realçando a possibilidade de criação de um instrumento financeiro de solidariedade para apoiar as reformas estruturais, aumentar a competitividade e o crescimento.

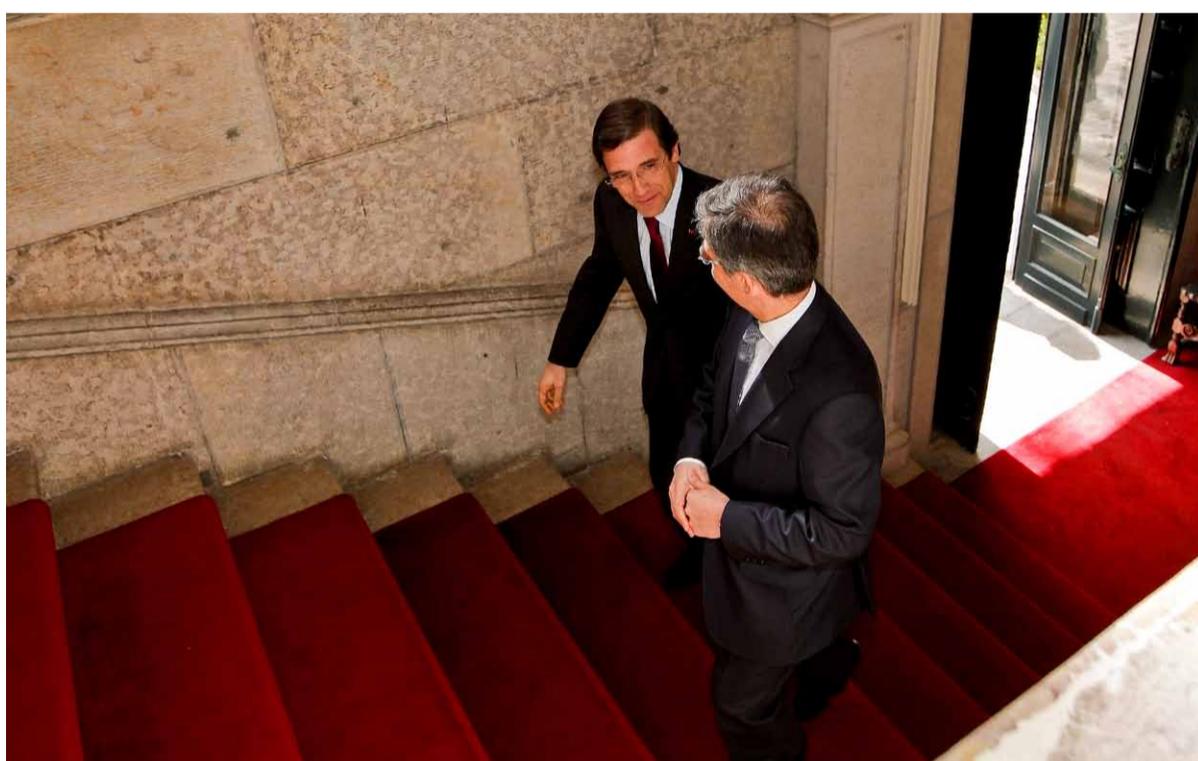
Após sete horas de reunião, o secretário do Conselho de Estado, Abílio Morgado, leu aos jornalistas um comunicado, enumerando as questões abordadas no encontro do órgão político de consulta do Presidente da República que tinha como ordem de trabalhos o tema “Perspectivas da economia portuguesa no pós-troika, no quadro de uma União Económica e Monetária efectiva e aprofundada”.

“Com base em exposição do Presidente da República, o Conselho debruçou-se sobre os desafios que se colocam ao processo de ajustamento português no contexto das reformas em curso na União Europeia e tendo em vista o período pós-troika”, é referido no comunicado.

Segundo o texto, “o Conselho de Estado entende que o programa de aprofundamento da União Económica e Monetária deve criar condições para que a União Europeia e os Estados-Membros enfrentem, com êxito, o flagelo do desemprego que os atinge e reconquistem a confiança dos cidadãos, devendo ser assegurado um adequado equilíbrio entre disciplina financeira, solidariedade e estímulo à actividade económica”.

O Conselho de Estado debruçou-se igualmente sobre “a perspectiva do reforço da coordenação das políticas económicas e da criação de um instrumento financeiro de solidariedade destinado a apoiar as reformas estruturais dos Estados-Membros, visando o aumento da competitividade e o crescimento sustentável”.

No terceiro ponto é referido que, no quadro da criação de uma União Bancária, foi também analisada “a instituição dos mecanismos de supervisão, de resolução de crises e de garantia de depósitos dos bancos, um passo da maior importância para corrigir a actual fragmentação dos mercados financeiros da Zona Euro”.



Comunicado final

1. O Presidente da República reuniu hoje o Conselho de Estado, para efeitos do artigo 145, alínea e), segunda parte, da Constituição, tendo como ordem de trabalhos o tema “Perspectivas da Economia Portuguesa no Pós-Troika, no quadro de uma União Económica e Monetária efectiva e aprofundada”.

2. Com base em exposição do Presidente da República, o Conselho debruçou-se sobre os desafios que se colocam ao processo de ajustamento português no contexto das reformas em curso na União Europeia e tendo em vista o período Pós-Troika.

3. No quadro da criação de uma União Bancária, o Conselho analisou a instituição dos mecanismos de supervisão, de resolução de crises e de garantia de depósitos dos bancos, um passo da maior importância para corrigir a actual fragmentação dos mercados financeiros da Zona Euro.

4. O Conselho debruçou-se igualmente sobre a perspectiva do reforço da coordenação das políticas económicas e da criação de um instrumento financeiro de solidariedade destinado a apoiar as reformas estruturais dos Estados-Membros, visando o aumento da competitividade e o crescimento sustentável.

5. O Conselho de Estado entende que o programa de aprofundamento da União Económica e Monetária deve criar condições para que a União Europeia e os Estados-Membros enfrentem, com êxito, o flagelo do desemprego que os atinge e reconquistem a confiança dos cidadãos, devendo ser assegurado um adequado equilíbrio entre disciplina financeira, solidariedade e estímulo à actividade económica. – Fontes: Lusa e Página da Presidência da República

Fontes: Lusa e página da Internet da Presidência da República

Primeiro-Ministro reuniu com os partidos para debater estratégia de crescimento



O Governo reuniu dia 15, com representantes do PS, PSD e PCP, terminando uma ronda de encontros partidários agendados para debater uma estratégia de crescimento, e nos quais o executivo diz estar disponível para “discutir o que for necessário”.

Os encontros contaram, do lado do Governo, com a presença do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, do ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, do ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Marques Guedes, do ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, e do ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares.

O PCP foi o primeiro partido a ser recebido, com uma delegação composta por Jorge Cordeiro, membro do secretariado do Comité Central, Agostinho Lopes, membro do Comité Central, e António Filipe, deputado e membro do Comité Central.

Na semana passada, o Governo iniciou os encontros com os partidos, tendo recebido Verdes, BE e CDS na sexta-feira.

A delegação do PSD, que foi recebida pelo chefe de Governo, era constituída pelo coordenador permanente e primeiro vice-presidente, Jorge Moreira da Silva, pela vice-presidente Teresa Leal Coelho, pelo vice-presidente Pedro Pinto e pelo Secretário-Geral, José Matos Rosa.

A 23 de Abril, o Governo aprovou, em Conselho de Ministros extraordinário, uma proposta de estratégia de crescimento e de fomento industrial para o período 2013-2020 e, na conferência de imprensa, o ministro da Economia anunciou que o Governo pretendia encontrar-se com os parceiros sociais e políticos para debater o documento.

Na mesma ocasião, o ministro da Presidência salientou que o plano do executivo PSD/CDS-PP seria enviado “em primeiro lugar aos parceiros sociais e aos partidos políticos, exprimindo a intenção do Governo em promover o consenso necessário a uma estratégia de crescimento sustentada e de longo prazo”.

Na sequência desse Conselho de Ministros, o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, escreveu aos partidos, convidando-os para um processo de diálogo em torno de propostas para estimular o crescimento económico em Portugal.



Conselho de Ministros de 9 de Maio de 2013



1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que cria o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

Esta proposta de lei, que resulta de um processo de concertação com os parceiros sociais e aplica-se aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor.

O FCT é um fundo de capitalização individual, a ser acionado pelo empregador, que visa garantir o pagamento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Cria-se ainda o Mecanismo Equivalente, a constituir em entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, I.P., enquanto meio alternativo ao FCT, pelo qual o empregador fica vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

Por sua vez, o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) é um fundo de natureza mutualista, que poderá ser acionado pelo trabalhador nos casos em que não tenha recebido do empregador, pelo menos, o montante correspondente a metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

Num momento inicial, a gestão dos fundos será assegurada pelas entidades competentes na área da solidariedade e segurança social, em virtude da experiência acumulada e reconhecida em termos de mitigação de risco.

A adesão ao FCT determina, para o empregador, a obrigatoriedade de efetuar entregas, em montante equivalente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, por cada trabalhador abrangido. Por sua vez, a adesão ao FCT ou a ME determina, para o empregador, a obrigatoriedade de efetuar entregas para o FGCT, em valor correspondente a 0,075% da retribuição base e diuturnidades, por cada trabalhador abrangido.

2. O Conselho de Ministros aprovou, no uso de autorização legislativa, o regime de contabilidade de caixa em sede de IVA e a alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Este diploma tem como objectivo promover o crescimento da economia portuguesa e a melhoria das condições de tesouraria do tecido empresarial, vigorando já a partir do segundo semestre de 2013 um regime de contabilidade de caixa em sede de IVA, o qual terá carácter facultativo e será estruturado de forma simplificada.

A exigibilidade do IVA devido nas operações activas efectuadas no âmbito deste regime apenas ocorrerá no momento do recebimento do seu pagamento pelos clientes, diminuindo assim a pressão de tesouraria e dos custos financeiros associados à entrega do imposto ao Estado antes do respectivo recebimento.

Atendendo ao seu carácter inovador, o Governo optou por introduzir esta medida de forma gradual, pelo que o regime abrangerá, nesta fase, os sujeitos passivos de IVA com um volume de negócios anual até €500.000 e que não beneficiem de isenção do imposto. Este limiar corresponde ao limite máximo que os Estados-Membros, à luz das regras comunitárias, podem adoptar unilateralmente, sem intervenção das instituições europeias.

Com a implementação deste regime, estão potencialmente abrangidas por esta medida cerca de 370 mil pessoas coletivas, as quais correspondem a perto de 90% do tecido empresarial nacional, bem como um número muito significativo de profissionais liberais.

3. O Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei da Investigação Clínica, criando um novo quadro de referência para a investigação clínica com seres humanos em Portugal, no âmbito do conceito de estudos clínicos, generalizando o regime de apreciação da comissão de ética, de apuramento de responsabilidades do promotor, do investigador, do monitor e do centro de estudo clínico, a todas as áreas da investigação clínica, reconhecendo as respetivas especificidades.

Esta proposta garante a aplicação transversal da avaliação ética e da transparência a toda a investigação clínica, através da regulamentação de processos de avaliação e realização dos estudos clínicos em Portugal, independentemente da sua natureza, metodologia ou objeto de estudo.

É também criado o Registo Nacional de Estudos Clínicos, com o objetivo de facilitar e desmaterializar a transmissão de informação no processo de autorização, acompanhamento e conclusão dos estudos clínicos, bem como incrementar o acesso e conhecimento sobre os estudos clínicos realizados em Portugal por parte da sociedade e da comunidade de investigadores e profissionais de saúde.

4. O Conselho de Ministros alterou o diploma que estabelece as condições e os requisitos para que os estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados de saúde dispensem medicamentos para tratamento no período pós-operatório de situações de cirurgia de ambulatório.

A alteração visa alargar o tipo de medicamentos a dispensar, por forma a abranger crianças e pacientes de oftalmologia.

Altera-se, ainda, a quantidade de medicamentos dispensados após a intervenção cirúrgica, para a quantidade necessária para sete dias de tratamento, dado verificar-se essa exigência em inúmeros procedimentos cirúrgicos.

5. O Governo aprovou um diploma que reforça os requisitos de exercício do cargo de direção dos centros de procriação medicamente assistida (CPMA).

Relativamente aos requisitos do diretor do centro, é exigida experiência comprovada através do currículo e aferida pelo Conselho Nacional de Procriação Medicamente

Assistida (CNPMA). Esta exigência aplica-se a todos os centros de procriação medicamente assistida, sejam eles públicos ou privados e independentemente da técnica por eles realizada.

6. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, conformando-o com a diretiva comunitária relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente no que se refere à simplificação de procedimentos da burocracia e dos obstáculos no acesso à atividade.

É eliminado o registo como condição de acesso e de exercício da atividade, substituindo esta permissão administrativa pela mera comunicação prévia ou por comunicação prévia com prazo quando seja requerido o reconhecimento de atividades de turismo de natureza, a realizar através de formulário electrónico disponível no Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), acessível através do balcão único electrónico de serviços e do sítio na Internet do Turismo de Portugal, I.P.

A uma maior liberdade no acesso à atividade, o diploma agora aprovado faz corresponder o reforço dos instrumentos de fiscalização e dos deveres de informação, assegurando, assim, o equilíbrio de interesses de consumidores e empresas.

Prevê-se ainda uma redução muito significativa das taxas previstas para o acesso à atividade, cujo valor passa a refletir o grau de complexidade do serviço efetivamente prestado pela Administração.

7. O Conselho de Ministros aprovou em definitivo a alteração do diploma que cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Procede-se à adaptação do novo modelo de organização operacional do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), tendo por base, ao nível operativo, o princípio do comando e estratégia únicos, independentemente da respetiva dependência hierárquica e funcional.

Reforça-se o CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro, dotando-o de uma maior capacidade de resposta e criam-se os agrupamentos distritais de operações de socorro, com o objetivo de aproveitar efeitos de escala e sinergia na capacidade de coordenação e controlo.

8. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que especifica as principais prioridades de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no ciclo 2014-2020, definindo os pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia.

A estruturação operacional do Acordo de Parceria deve respeitar os quatro domínios temáticos enunciados nos seus pressupostos -competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos -,bem como os dois domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

É criado um grupo de trabalho, o GT 2020, a quem compete coordenar a elaboração das propostas de Programas Operacionais a submeter ao Governo, incluindo a delimitação de fronteiras entre os Programas Operacionais de âmbito nacional e regional, e a posterior negociação com a Comissão Europeia.

9. O Conselho de Ministros aprovou, hoje, dia da Europa, uma resolução que determina a execução a nível nacional de atividades associadas ao Ano Europeu dos Cidadãos.

O Ano Europeu dos Cidadãos em Portugal tem como principais objetivos despertar os cidadãos portugueses para a realidade da cidadania europeia ativa e enraizar nos portugueses a forma como podem beneficiar dos direitos da União, bem como sobre as políticas e programas que existem para apoiar o exercício desses direitos.

O Eurobarómetro realizado em outubro de 2012 concluiu que 59% dos portugueses inquiridos se sentem cidadãos da União Europeia, mas apenas 35% afirma conhecer os seus direitos e somente 36% tem vontade de saber mais a respeito desses direitos.

Ao longo do ano serão promovidas ações, debates e reflexões relacionadas com a cidadania europeia, através da cooperação entre organizações da sociedade civil a nível europeu.

10. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que designa o Provedor da Justiça como mecanismo nacional para a prevenção da tortura, para efeitos do disposto no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 2002.

11. O Governo aprovou a exclusão do regime florestal total da área de 4 hectares, integrada na Mata Nacional das Dunas da Gafanha, no município de Ílhavo, para instalação de uma unidade industrial de cerâmica.

Como compensação pela correspondente diminuição do património fundiário do Estado, foi aprovada a submissão ao regime florestal total da área de 3 hectares, integrada na antiga Carreira de Tiro da Gafanha, bem como, ainda, da área de 42,5 hectares, integrada na antiga Colónia Agrícola da Gafanha, situadas igualmente no município de Ílhavo.



16 de Maio de 2013

1. O Conselho de Ministros determinou que a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica coordene e acompanhe a execução de medidas destinadas a garantir que os eleitores, no próximo ato eleitoral autárquico, têm pleno conhecimento das alterações decorrentes da reorganização administrativa.

Neste contexto, merecem particular atenção as alterações decorrentes da reorganização administrativa do território das freguesias e, bem assim, do reforço dos diversos sistemas informáticos que suportam o processo eleitoral.

É cometida aos serviços do Ministério da Administração Interna a execução de um conjunto de medidas, sendo de realçar a adaptação da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, o reforço dos sistemas alternativos de informação pública sobre a situação eleitoral dos cidadãos e a notificação individual dos eleitores cuja situação no recenseamento eleitoral tenha sido alterada.

2. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação, de forma a ajustar a possibilidade da prestação, limitada, de serviço docente pelos bolseiros de investigação.

Neste sentido, torna-se compatível com o regime de dedicação exclusiva a prestação de serviço docente pelos bolseiros em instituição de ensino superior quando, com a concordância dos próprios e a autorização prévia da instituição de acolhimento, e sem prejuízo dos trabalhos subjacente à bolsa, se realize até um máximo de quatro horas por semana, não excedendo um valor médio de três horas semanais por semestre.

3. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de cinco diretivas comunitárias que atualizam a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas a colocar no mercado.

Os produtos biocidas compreendem uma vasta gama de substâncias ativas e de preparações que as contêm, constituindo uma arma muito eficaz no combate aos organismos nocivos, com nítido benefício para a proteção da saúde humana e animal, e para a salvaguarda do ambiente.

4. O Governo aprovou a exclusão do regime florestal parcial de uma parcela de terreno com a área de 11,95 hectares, pertencente a Alva de Pataias, situada na freguesia de Pataias, no concelho de Alcobaça.

A parcela de terreno, propriedade do município de Alcobaça, destina-se à construção de um centro desportivo e ao recinto da Feira de Pataias.

5. O Governo aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E., composto por quatro elementos, para um mandato de três anos, renovável.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações. – Fonte: Gab. Imp. CM

Jorge Moreira da Silva em Faro na apresentação da candidatura de Rogério Bacalhau



Foi com vista para a Ria Formosa, que Rogério Bacalhau se apresentou como candidato à Câmara Municipal de Faro pelo Partido Social Democrata.

O candidato foi apresentado pelo 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, que o passado político e pessoal de Rogério Bacalhau, garantindo que esta é a candidatura ideal para Faro. O dirigente Social Democrata disse ainda acreditar que o candidato tem todas as potencialidades ao seu dispor para projectar o Concelho; e Rogério Bacalhau é garantia de uma presidência autárquica honesta, trabalhadora, e firme na defesa dos interesses farenses.

Rogério Bacalhau, afirmou que irá continuar a fazer o que sempre fez na vida: servir a comunidade e disse que a sua candidatura dispensa justificações. “É uma candidatura natural, porque afinal de contas, não me proponho fazer nada que não tenha passado a minha vida a fazer: trabalhar para servir Faro, servir esta comunidade e para procurar para a vida de todos, melhores condições de realização dos seus projectos de vida.”

Ao PSD TV, o candidato referiu a importância da revitalização do turismo no concelho, mas enalteceu a importância da área social, para a candidatura que apresenta.

«Atendendo à situação económica e social do país, uma das áreas em que nós temos de apostar (é um imperativo), é a área social, atendendo ao desemprego; à carência das famílias, ao problema das crianças na escola, à pobreza» e por isso, vai apostar nessa área como «um pilar fundamental da nossa candidatura».

Referindo as palavras de Moreira da Silva, disse que “...tenho naturalmente esperança que depois do discurso notável que fez que este concelho possa tirar partido da Universidade, da Ria Formosa, do mar, da biodiversidade do ambiente, no fundo da circunstância de aqui estarem reunidos, a par do património histórico e do turismo todas as condições para vencer e afirmar Faro no contexto nacional e internacional”

Entre as entidades presentes, para além de Jorge Moreira da Silva, estiveram Cristóvão Norte, Presidente de Concelhia, Luís Gomes Presidente da Distrital de Faro.

Moreira da Silva apela a “debate aberto” sobre a reforma do Estado

O vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, declarou-se no princípio da semana, contra a “discussão a conta-gotas de medidas que vão surgindo na Comunicação Social”, apelando a um “debate aberto” sobre a reforma do Estado.

“Terão de aguardar explicações por parte do Governo. A metodologia adequada para o debate sobre a reforma do Estado não passa por uma discussão a conta-gotas de medidas que vão surgindo na Comunicação Social”, criticou o coordenador da comissão política dos sociais-democratas.

O jornal Expresso noticiou hoje que o ajustamento da política de remunerações dos funcionários públicos, decorrente das negociações com a “troika” (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), implica um corte médio de quatro por cento nos salários dos trabalhadores do Estado.

“Devo dizer que não concordo com essa metodologia que, tenho quase a certeza, não resultou de uma decisão política do Governo. A boa metodologia de debate é apresentar, não só medidas de redução da despesa, como o Primeiro-Ministro apresentou, apresentar o guião de reforma do Estado, que o ministro dos Negócios Estrangeiros apresentará, e depois, dizer que este é um debate aberto”, afirmou.

Para Moreira da Silva, “todos devem dizer de uma forma clara quais são as suas propostas e o seu modelo”, nomeadamente o maior partido da oposição, o PS.

“O Governo optou por cumprir metas orçamentais que são muito exigentes - 5,5 por cento este ano, quatro por cento no próximo ano e de dois e meio em 2015 -, de corte da despesa e não de aumento dos impostos. Seria importante perceber qual a posição dos outros partidos”, continuou, lamentando que o Estado português “pese quase 50 por cento do Produto Interno Bruto (PIB)”.



O responsável social-democrata frisou ainda que é natural haver “autonomia e diferenciação entre partidos coligados” e que “ninguém pôs os seus programas na gaveta”, garantindo que o acordo de Governo entre PSD e CDS-PP está de boa saúde. – Fonte: Lusa

Silvério Regalado é o candidato à autarquia de Vagos



Este foi um momento simbólico para todos os vaguenses, no sábado, dia 18 de Maio, quando Luís Montenegro, líder do Grupo Parlamentar do PSD, referiu que Silvério Regalado é, sem dúvida, a escolha certa para este desafio, dizendo. “É alguém que está em condições excepcionais para dar seguimento a uma obra notável que temos feito aqui ao longo dos últimos doze anos”.

Dulcília Sereno, presidente da Concelhia de Vagos, Ulisses Pereira, Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro, Rui Cruz, actual presidente deste município e cabeça de lista à Assembleia Municipal, afirmaram que com Silvério Regalado, na presidência, o concelho de Vagos continuará a ser um concelho de futuro.

Silvério Regalado é um candidato já com provas dadas. Com uma notável experiência a nível político, reiterou ante uma plateia atenta, o “porquê” de ser o que se encontra melhor preparado para assumir o cargo de líder do concelho.. “Hoje não tenho dúvidas em afirmar que, pelo meu percurso, pelos meus conhecimentos e por toda a experiência que adquiri sou o mais bem preparado para gerir o município nos próximos quatro anos”.

O candidato também destacou as principais bandeiras eleitorais da sua candidatura. “Viso, sobretudo, ir ao encontro das pessoas. Nada se pode fazer sem as pessoas e nós queremos construir Vagos em conjunto com os vaguenses, em conjunto com as associações... e vamos triunfar!” - Fonte: PSD@TV

Ribau Esteves é o candidato a Aveiro

A Comissão Política Distrital de Aveiro do PSD aprovou o nome de José Ribau Esteves como candidato à presidência da Câmara de Aveiro para as autárquicas deste ano, informou fonte partidária.

Segundo a mesma fonte, a escolha do actual presidente da Câmara de Ílhavo “foi feita por unanimidade”.

Ribau Esteves, que não se pode recandidatar em Ílhavo por causa da lei de limitação de mandatos, sucederá a Élio Maia, independente eleito pela coligação PSD/CDS-PP que lidera desde 2005 a câmara da capital de distrito.

Recentemente, este presidente em exercício da Câmara de Aveiro, tinha pedido ao PSD local para ignorar o seu nome na candidatura às próximas autárquicas, sem explicar os motivos para esta decisão.

Licenciado em engenharia zootécnica, Ribau Esteves é presidente da Câmara de Ílhavo, desde 1997, e preside também à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

Foi deputado na Assembleia da República, entre 1991 e 1999, e secretário-geral do PSD quando Luís Filipe Menezes foi o presidente do partido.

A passagem de Ribau Esteves pela presidência de Ílhavo foi marcada pela grande competência e pelo desenvolvimento sócio-cultural que se verificou, na área do ensino superior e da museologia, sendo a preocupação com o Mar a nota dominante de tais actividades.

Na mesma reunião, a Distrital do PSD aprovou mais cinco cabeças-de-lista, incluindo as recandidaturas de Hermínio Loureiro, em Oliveira de Azeméis, e Pinto Moreira, em Espinho.

Foram ainda aprovados os candidatos às câmaras de Vagos e S. João da Madeira, onde os atuais presidentes eleitos pelo PSD, Rui Cruz e Castro Almeida, respectivamente, não se podem recandidatar, por causa da lei de limitação de mandatos.

Em S. João da Madeira, os social-democratas escolheram o vereador Ricardo Figueiredo para concorrer à presidência do município e para Vagos a escolha recaiu no vereador Silvério Regalado.

A distrital aprovou ainda a candidatura de Joaquim Batista, na Murtosa, que assumiu a presidência daquele município no final de 2011, após Santos Sousa ter renunciado ao cargo de presidente da Câmara.

As candidaturas seguem agora para a Comissão Política Nacional para finalizar o processo de homologação por parte do PSD.- Correspondente





No início deste mês, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados, Dirigentes locais e Autarcas do PSD do Distrito do Porto, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva e outros elementos da Direcção Nacional.

Candidatura de Almeida Henriques à Câmara Municipal de Viseu

“Viseu primeiro” é o mote da candidatura de António Almeida Henriques à Câmara Municipal de Viseu.

Este lema, proposto pelo candidato, caracteriza a necessidade de diálogo e assume, com todos os viseenses, um compromisso de trabalho, progresso e sustentabilidade.

Na apresentação pública a militantes e simpatizantes social-democratas que ocorreu na sexta-feira, dia 17 de Maio, muitos foram aqueles que fizeram questão de demonstrar o apoio a Almeida Henriques.

Guilherme Almeida, presidente desta concelhia, Mota Faria, presidente da Comissão Política Distrital de Viseu e António Vidal, mandatário da lista, desejaram ao candidato social-democrata toda a sorte do mundo.

Fernando Ruas, ex-presidente da Câmara e mandatário de honra de Almeida Henriques, dirigiu-se à plateia com emoção. Afinal, foi neste mesmo lugar que há 24 anos Fernando Ruas apresentou publicamente a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Viseu.

Dirigindo-se aos viseenses, afirmou que “é fundamental gostar desta comunidade. O Dr. Almeida Henriques que vai, a partir de Outubro, liderar uma das comunidades mais importantes do país. Mas há uma coisa que eu não tenho dúvidas: vai liderar a melhor comunidade do país»

Fernando Ruas garantiu que não lhe vai deixar qualquer “esqueleto no armário” e que a câmara tem uma situação financeira sólida.

“Vai encontrar um barco seguro”, sublinhou o também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, convencido de que, com Almeida Henriques, esse barco terá “o rumo certo”.

Declarações e compromisso de Almeida Henriques

António Almeida Henriques destacou nos primeiros minutos da sua intervenção, a comoção que sente neste verdadeiro regresso às origens. “Sinto-me de facto um filho da terra, desejado, e sinto que este meu regresso às origens, ao lugar de onde nunca espiritualmente saí, é um momento alto da minha vida”, disse.

O candidato social-democrata frisou ainda que Viseu e todos os Viseenses estão e estarão sempre em primeiro lugar.

O candidato, “sem esquecer nem deixar que se atrase” o desenvolvimento cultural, apontou o desenvolvimento económico como a sua “prioridade máxima”, prometendo avançar com medidas como o programa “Viseu Investe”.

“Não há criação de emprego, nem empresas, se não houver empresas novas a nascer, se não apoiarmos aquelas que estão no terreno e se não as apoiarmos no seu processo de internacionalização”, disse Almeida Henriques.

O antigo secretário de Estado adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional considerou a falta de emprego “a preocupação das preocupações” e defendeu que a única forma de o criar é apostando nas empresas.

Nesse âmbito, comprometeu-se a criar o programa “Viseu Investe”, dedicado às áreas da “assistência empresarial e empreendedorismo, acesso a financiamento, internacionalização e fiscalidade municipal”.

“Apostará ainda na atracção de investimentos, na incubação empresarial, na cooperação entre o tecido económico e os centros de saber”, nomeadamente o Instituto Politécnico, o Piaget e a Universidade Católica, explicou.

Almeida Henriques prometeu também criar um gabinete municipal de apoio ao investidor, para dinamizar sectores tradicionais como o comércio, o sector dos serviços e também o sector produtivo, “seja ele industrial ou agrícola”.

A sua estratégia passa por aproveitar da melhor for-



ma o próximo ciclo de fundos comunitários (2014/2020) e ambicionar a concretização de reivindicações já com vários anos, como o regresso do comboio à cidade e à região e uma ligação rodoviária para sul.

O candidato do PSD pretende tirar partido da diáspora para o desenvolvimento económico de Viseu, captando investimentos e conseguindo ajuda para exportar os produtos do concelho.

A inclusão social será o segundo pilar do programa da sua candidatura e, nesse âmbito, promete colocar “os idosos, as famílias em risco de pobreza e os jovens mais desprotegidos no centro da política social”.

O terceiro pilar terá a mais forte componente cultural, e será o da reabilitação e revitalização do centro histórico, com o lançamento do programa “Viseu Viva”, que tentará inverter a tendência de desertificação através da “reabilitação urbana, da animação cultural e da atracção de microempresas”.

“Sem actividades, sem eventos e sem animação não é apenas o centro histórico que fica condenado a curto e médio prazo. É também o seu potencial de riqueza e emprego que não é transformado”, alertou. – Fonte: Audiovisuais do PSD

Luís Montenegro na apresentação de Diogo Mateus, o próximo Presidente da Câmara Municipal de Pombal

No passado fim-de-semana, Diogo Mateus foi formalmente apresentado, em Pombal, como candidato, pelo PSD, à Presidência da Câmara daquela autarquia.

Luis Montenegro, presidente da bancada parlamentar do PSD, fez a apresentação do candidato, salientando o seu impressionante currículo e a forma sempre eficiente e merecedora de elogios públicos que tem recebido. Depois, Luis Montenegro deu um resumo do currículo (que damos em baixo) e fez a apologia de Diogo Mateus, como futuro Presidente da autarquia de Pombal “que não poderia ser entregue a melhores mãos”, a um social-democrata verdadeiro e com provas dadas.

Diogo Mateus, que nasceu em Julho de 1969, e foi eleito vereador pelo PSD, é casado, tem 3 filhos e é licenciado em Direito, no ramo Jurídico-Forense, pela Universidade Internacional, com uma Pós-Graduação em Gestão e Contabilidade Autárquica, pelo Instituto Politécnico de Leiria

Frequentou até ao 3º ano a Licenciatura em Administração Pública na Universidade do Minho e é Formador Certificado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria.

Foi Vice-Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Pombal, Vice-Presidente da Comissão Política de Secção do PSD Pombal, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Filarmónica Artística Pombalense e Vice-Presidente da Mesa da Confraria do Bodo, além de Secretário da Mesa da Assembleia Distrital de Militantes do PSD.

Presidente do Conselho Fiscal do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL) e Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Produtores Florestais de Pombal, foi também Presidente do Conselho Fiscal da Rádio Clube de Pombal.

Foi vereador em Regime de Permanência na Câmara Municipal de Pombal, de 1994 a 2002 e de 2005 a 2009, tendo sido Adjunto do Governador Civil do Distrito de Leiria de 2002 a 2005, anos em que foi, também, Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, Membro da Assembleia Municipal de Pombal e Assistente convidado



da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra (2002-2005)

Diogo Mateus, apesar de ser ainda um homem muito novo, tm uma longa carreira de serviço público, tendo sido Membro do Conselho de Administração da Empresa Municipal - P.M.U., Pombal, Manutenção Urbana, Juiz Social junto do Tribunal Judicial de Pombal (designado pela Câmara Municipal), Conselheiro da Associação Nacional de Freguesias, Coordenador Adjunto e Interino da Delegação Distrital de Leiria na Associação Nacional de Freguesias Foi representante eleito pela Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Educação de Pombal, Coordenador do Curso de “Marketing Público” promovido pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria (ISLA) no âmbito do Programa FORAL, Formador do Instituto PME Formação da Associação PME

de Portugal.

A sua actividade política foi, paralelamente, muito activa e ainda é Militante Honorário da JSD, de que foi Conselheiro Nacional, Vice-Presidente e Vogal da CPD da JSD de Leiria, Presidente da CPS e do Plenário de Militantes da JSD de Pombal.

Diogo Mateus, quando se dirigiu aos muitos pombalenses e de outros locais e situações, que quiseram vir dar-lhe o seu apoio, afirmou que aceitou este desafio num espírito de Serviço e com a plena consciência das dificuldades que afectam as famílias e o tecido económico e reclama o maior rigor na gesto que é do Público, dos cidadãos que têm o direito de esperar o melhor. Terminou, dizendo: “Conto convosco para, juntos, continuarmos a construir Pombal”.

Candidatura de Abranches Pinto a Tábua apresentada por Luís Campos Ferreira

“Rigor, criatividade e ambição”

«Rigor. Criatividade. Ambição». São estas as três palavras que irão marcar a campanha e o programa político de Nuno Abranches Pinto, que se apresentou como candidato à Câmara Municipal de Tábua, numa coligação PSD/CDS-PP.

Abranches Pinto afirmou, ante a numerosa assistência, que “...as palavras rigor, criatividade e ambição não são palavras vãs, não são palavras inócuas, são palavras que têm um significado e são palavras que resultam de uma leitura daquilo que pretendemos fazer no concelho”.

Marcaram presença Luís Campos Ferreira, deputado e representante da comissão política nacional do PSD, que apresentou a candidatura; Domingos Dourel, Coordenador Autárquico do CDS, e diversos representantes concelhios, distritais e nacionais dos dois partidos da coligação. Nuno Abranches Pinto afirmou ao “PSD TV”, que quer resolver os problemas deixados pelo actual executivo e que constituem uma herança pesadamente negativa.

Segundo Abranches Pinto, a candidatura assenta sobretudo no reconhecimento que é necessário definir objectivos estratégicos em matéria de governação autárquica /.../ e é necessário pensar Tábua num panorama alargado, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos; e notamos que, “quanto a esses aspectos, a intervenção do actual executivo tem sido redutora e insuficiente”.

Luís Campos Ferreira afirmou acreditar numa candidatura progressista e vencedora, afirmando: “Estou convencido que, com Nuno Abranches Pinto na CMT, vamos assistir a um progresso, a um desenvolvimento social e económico, muito superiores a tudo o que tem acontecido nos últimos anos e, por isso, é imperativo - e estamos certos - que votem Nuno Abranches Pinto”. - Audiovisuais do PSD



O novo QREN vai dispor de 16 programas operacionais

O Governo esteve reunido com os parceiros sociais, para dar conta do processo negocial com a União Europeia sobre os fundos comunitários para o período de 2014-2020. Em causa estão os pressupostos do Acordo de Parceria que está a ser negociado e a definição dos programas operacionais (PO), depois de o Executivo ter aprovado, em Conselho de Ministros, uma resolução que determina um maior esforço de discussão pública.

“O Governo tem o interesse e a preocupação de suscitar a participação dos parceiros sociais” na construção do novo QREN. “Este encontro insere-se nesse objectivo primordial de uma auscultação relevante”, disse ao “Diário Económico” o novo secretário do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.

Este é já o segundo encontro que o Governo mantém com os parceiros sociais, com assento no Conselho Económico e Social (CES). O primeiro decorreu em Março, ainda sob a égide do secretário de Estado Almeida Henriques.

O Executivo está num “contra-relógio” para fechar a proposta para o novo pacote de fundos comunitários até ao final de Setembro, e até ao final do ano, a proposta de Programas Operacionais. O objectivo é ter o novo QREN operacional em 2014, sem hiatos ou quebras entre os dois quadros comunitários. No entanto, aquele jornal contactou uma fonte que acompanha as negociações e que reconheceu que “dificilmente será possível ter tudo pronto até ao final do ano” e assim evitar os atrasos verificados em 2007 quando se iniciou o actual QREN e que implicou que as candidaturas aos novos fundos só estivessem disponíveis quase um ano depois do quadro comunitário estar em vigor.

Para já, no novo QREN estão previstos cinco programas operacionais para o Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Este é o modelo que já vigora, mas para as regiões autónomas passam de quatro PO para dois. No total há menos três programas operacionais em relação ao actual quadro comunitário. Por outro lado, a aposta será garantir o financiamento plurifundos, ou seja, através do Feder e do Fundo Social Europeu, que financiam, respectivamente, a actividade económica e equipamentos e a formação profissional.

Apesar de não haver montantes fechados, sobretudo tendo em conta que as negociações ainda decorrem entre a própria Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, o Governo já definiu quatro prioridades estratégicas: competitividade e internacionalização à cabeça, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência de recursos. Cada Programa Operacional Temático tentará promover uma destas prioridades.

Nos planos apresentados aos parceiros sociais, Castro Almeida explicou que a reorientação da programação estrutural passa por garantir que os fundos serão aplicados com base em resultados e que haverá um reforço da articulação entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias. Mas também sublinhou os riscos que envolvem o novo quadro, nomeadamente as restrições de financiamento à economia, na sequência do processo de desalavancagem em que os bancos se encontram, mas também pelo elevado custo do crédito, assim como os desequilíbrios externos, quer seja a nível orçamental quer seja da balança comercial. - Fontes: Lusa e Diário Económico

Luís Menezes acusa o PS de estar apenas preocupado com eleições

Na sequência da declaração política do PS, em que os socialistas fizeram um retrato com números que ditam aquilo que é hoje a realidade de Portugal, Luís Menezes interveio e lembrou aos socialistas que quando dizem que Portugal teve o maior crescimento de sempre da dívida pública em toda a União Europeia esquecem-se que isso aconteceu, porque o Governo português 78 mil milhões de euros emprestados. Além desta grave imprecisão do PS, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD afirmou não esperar ouvir por parte do deputado Basílio Horta os normais “slogans” e chavões que o PS costuma usar, de apontar objectivos e de não dizer como se conseguem alcançar. “Dizer que se tem de acabar com a austeridade, ponto final, que raio de proposta é esta? Os portugueses exigem mais, não só do PS mas de todos os dirigentes políticos. Os portugueses começam a ficar cansados de ver esta Câmara com debates estéreis, em que todos os partidos têm culpa”.

No que respeita a outra das afirmações proferidas pela bancada do PS, a de que o Governo devia pagar as dívidas que têm para com as pessoas e com as empresas, Luís Menezes recordou aos socialistas que as dívidas que hoje o Estado tem a pagar são as de 2010 e 2011, criadas pelo Governo de José Sócrates, e para as quais, hoje, ainda não há dinheiro para pagar. “São os 3 mil milhões de euros que o senhor deputado e ex-secretário de Estado Manuel Pizarro deixou na saúde. Na educação ainda há mais de 2 mil milhões de euros da Parque Escolar que foram deixadas pelo anterior Governo”.

Perante as acusações de demagogia, o deputado social-democrata frisou que “demagogia é vir para aqui vender facilidades, é vir dizer que se deve fazer o que não fizeram enquanto Governo e demagogia é dizer que o país precisa de eleições quando ainda há dois anos houve eleições”.

Luís Menezes declarou que “o PS está num beco sem saída porque vai ter de estar dois anos a dizer que é preciso eleições e não têm a coragem de pensar o que é mais importante para o país”.



PSD defende a permissão da utilização dos PPR para pagamento da prestação da casa



O deputado do PSD Carlos Silva apresentou, dia 17, o projecto de lei que defende a permissão da utilização dos PPR para pagamento da prestação da casa. Em nome do PSD, o deputado começou a sua intervenção com uma palavra de saudação ao esforço feito por todos os partidos de resolver esta questão de importante alcance social. “Neste momento em que milhares de famílias portuguesas atravessam grandes dificuldades e enfrentam o drama de perder a sua casa, não deixou esta Assembleia da República de dar resposta a este flagelo”. Carlos Silva considera que foi meritória a acção de todos os partidos políticos quando se propuseram a clarificar o projecto de Lei acerca dos resgates dos PPR em resposta ao repto lançado pelo PSD numa declaração política proferida em Fevereiro. “Embora partido de visões políticas divergentes o interesse nacional prevaleceu e foi possível atingir uma solução que permite, simultaneamente, a melhoria das condições económicas das famílias portuguesas e não fragiliza o sistema financeiro”.

No que respeita às medidas constantes do Proposta, o parlamentar referiu que este permite que o reembolso possa ser utilizado para o pagamento de todos os contratos de crédito à habitação própria e permanente, o reembolso dos planos não pode ser causa para que os bancos alterem unilateralmente as condições do contrato de crédito, os bancos não podem cobrar comissões e despesas pelo processamento e concretização do reembolso dos PPR e não existem perda dos benefícios fiscais, em sede de IRS, com o resgate dos PPR se tiverem decorrido, pelo menos, 5 anos após as respectivas datas de aplicação.

A terminar, Carlos Silva assegurou que os sociais-democratas consideram que esta é a proposta que melhor defende os interesses das famílias, já que permite que estas possam fazer face às prestações das suas casas.

Patrimonense é exemplo de perseverança e querer



Englobado num ciclo de contatos com vários agentes e instituições do concelho de Braga, Ricardo Rio visitou o Patrimonense Futebol Clube, que acaba de comemorar meio século de existência. O líder da coligação “Juntos Por Braga”, acompanhado por João Pires, presidente da Junta de Freguesia de S. Lázaro, e Luís Ferreira, presidente do Patrimonense, participou num convívio na sede do clube, onde os presentes celebraram o aniversário do Patrimonense. A iniciativa terminou com fogo-de-artifício.

Para Ricardo Rio, estar presente neste momento marcante da história do clube é um motivo de enorme orgulho. “Este é um clube que, apesar de todos os obstáculos que teve de ultrapassar, continua a ter esta fantástica capacidade de juntar um grande número de pessoas em momentos de convívio e socialização. É um exemplo de perseverança e de querer, e demonstra bem o amor que as pessoas têm ao clube”, frisou.

Ricardo Rio destacou a enorme importância deste tipo de associações nas zonas onde estão inseridas, para reforçar a “identidade e união”, como acontece neste caso no Bairro Pinheiro da Gregória. “O desporto não se faz só dos grandes clubes nem dos grandes atletas, mas faz-se fundamentalmente deste tipo de associações locais, onde os jovens encontram um lugar para praticar desporto e os mais velhos um local onde se podem reunir, passar o tempo de forma mais agradável e ajudar-se mutuamente nas dificuldades”, afirmou.

Como explicou Luís Ferreira, presidente do clube há 15 anos, actualmente o Patrimonense tem apenas a modalidade de futebol juvenil. “Temos uma equipa de Juvenis que actua na II Divisão Regional. O nosso principal objectivo passa por tirar os miúdos dos maus vícios, e do que temos conhecimento nenhum jovem que passou por este clube se meteu por maus caminhos. Para mim e para os meus colegas de direcção essa é a maior alegria que temos”, afirmou, salientando que os jogadores que alinham nos Juvenis não têm de pagar “nem um cêntimo” para jogar: “Sabemos das dificuldades com que vivem muitas famílias e a nossa política passa promover o desporto e não excluir nenhum miúdo. Nesse âmbito, temos tido um grande sucesso”.

Segundo Luís Ferreira, o Patrimonense depara-se com enormes dificuldades financeiras, que reduzem a margem de manobra da direcção. “Chegamos a realizar na nossa sede muitas outras actividades de carácter lúdico e cultural, como aulas de música, mas neste momento não dispomos de condições nem de recursos humanos para o continuar a fazer. Felizmente, temos contado com o apoio da Junta de Freguesia de S. Lázaro e do seu Presidente, João Pires, que nos tem apoiado em todas as nossas necessidades e ao qual temos muito a agradecer”, referiu.

Nesse sentido, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga manifestou a sua intenção de colaborar e apoiar os clubes do concelho, e lembrou que enquanto oposição sempre defendeu medidas de apoio às camadas jovens dos clubes amadores. “Estamos bem cientes da importância valiosa destas associações e, quando estivermos na liderança da autarquia, é garantido que podem contar com a nossa ajuda para continuarem a desenvolver a vossa atividade”, assegurou, falando directamente aos associados do Patrimonense.

Época sem actividade prejudicou o clube

No passado, o Patrimonense, que desenvolvia as actividades de futebol sénior e atletismo, viveu momentos de glória e chegou a atingir mais de 550 associados. “Na época 1978/1979, fomos campeões da III Divisão Distrital e na nossa secção de atletismo chegaram a fazer parte atletas como a Albertina Machado”, declarou o presidente, sublinhando que vários problemas obrigaram a extinguir estas modalidades no clube.

Em 1997, o Patrimonense passou pelo seu momento mais complicado, tendo estado sem actividade e com a sede encerrada. Nesse ano, o clube perdeu grande parte dos seus associados. “Foi nessa altura que a nossa direcção tomou conta do clube e, com muito esforço e suor, conseguimos voltar a erguer o Patrimonense. Mas o clube perdeu muito com o período de inactividade e ainda agora continuamos a trabalhar no sentido de voltar a atingir a grandeza que já tivemos”, disse.

Para o futuro, o objectivo passa por manter o escalão juvenil e reabrir a secção de Atletismo. O futebol sénior é um sonho antigo, mas que Luís Ferreira sabe ser difícil de realizar. “Gostávamos muito de reativar a equipa sénior. Muitos associados e jovens com interesse em ingressar na equipa estão-nos a pressionar nesse caminho, mas sabemos que, por motivos financeiros, é muito complicado”, lamentou.

A concluir, Luís Ferreira mostrou-se orgulhoso do carinho e amor que os ex-jogadores e ex-dirigentes do Patrimonense guardam pelo clube: “Quem por aqui passa, fica a gostar deste clube. Isso é bem ilustrativo pela quantidade de inscrições que já recebemos para o nosso jantar de comemoração dos 50 anos, com várias pessoas a afirmarem que fazem questão de estar presentes”.

PSD/Açores opõe-se à privatização da Electricidade dos Açores



O presidente do PSD/Açores assegurou que o partido irá rejeitar a privatização de empresas estratégicas para a Região, como são os casos da Electricidade dos Açores (EDA) e do Serviço Açoriano de Transportes Aéreos (SATA). Duarte Freitas, que falava numa sessão com candidatos autárquicos do Partido, que se realizou na Ribeira Grande, considerou que deve haver seriedade na política pelo que o governo regional socialista não pode preparar-se para fazer o contrário daquilo que defendeu, quer no seu programa eleitoral, quer no programa de governo.

Assim, o presidente dos sociais-democratas açorianos lamentou que “contra tudo aquilo que o PS/Açores disse durante a campanha, o presidente do governo tenha recebido um sindicato ligado à EDA, com o objectivo de abrir a porta ao debate da possibilidade da privatização da empresa”.

O presidente do PSD/Açores recordou que, já em Março, durante os debates do plano e orçamento “no seu articulado, pela primeira vez abria-se a porta, por proposta do PS, a privatizar algumas empresas dos sectores estratégicos pelo que o PSD/Açores votou contra esse artigo em concreto”.

“O PSD/Açores concorda com a opinião do Partido Socialista durante a campanha e defende que o governo deve sair das áreas onde está a mais, prejudicando a economia. Mas o PSD/Açores nunca dará o seu voto à privatização de empresas estratégicas e a EDA é demasiado importante para as nossas ilhas”.

Encerramento de serviços no Hospital da Horta é um retrocesso de décadas



O PSD/Faial afirmou que a proposta do governo de reestruturação do Serviço Regional de Saúde constitui um “retrocesso de décadas” na qualidade dos cuidados de saúde prestados às populações servidas pelo Hospital da Horta.

“A redução de serviços e de especialidades no hospital da Horta, agora proposta e conhecida, implicará, caso avance, o encerramento das especialidades de oncologia, urologia e ainda o fim da unidade de cuidados intensivos. Consta ainda da proposta que a câmara hiperbárica existente neste hospital passará a ter uma utilização condicionada”, afirmou Andy Rodrigues, presidente da comissão política de ilha do Faial, em conferência de imprensa, dia 15.

O dirigente social-democrata faialense salientou que, “a concretizar-se o que está preconizado na referida proposta, a Saúde nesta zona da Região conhecerá um retrocesso de décadas na diversidade e na qualidade dos cuidados de saúde prestados às populações”.

“Foi com espanto e revolta que os faialenses ficaram a saber que o governo regional dos Açores propõe uma redução de serviços e de especialidades no hospital da Horta, quando nas últimas eleições prometeu aos eleitores desta ilha ‘dotar o hospital da Horta de meios humanos com formação específica, designadamente especialistas nas várias áreas da medicina’”, recordou.

Segundo Andy Rodrigues, “não podem ser os utentes do hospital da Horta a pagar anos de desvario e descontrolo da gestão socialista do Serviço Regional de Saúde”.



Tomás de Oliveira Dias ao "P.L."

Encaro com confiança o futuro do PSD porque acredito na Social Democracia para Portugal

A Aliança Democrática poderá prosseguir para além de 1984 se então surgir aos olhos dos Portugueses como um caminho renovado de esperança e de solução nacional

Tomás de Oliveira Dias, industrial de Leiria, tem-se destacado desde a década de 60 pela sua actividade política social-democrática desenvolvida sobretudo num enquadramento regional, fora dos círculos de Lisboa, não obstante ser credor de uma acção relevante em órgãos nacionais do PSD e ter estado ligado à ala liberal, da qual Sá Carneiro foi um dos pilares fundamentais, além de ter participado também na fundação da SEDES. É, actualmente, membro eleito do Conselho Nacional e vogal da Comissão Política Distrital de Leiria.

"Povo Livre" dialogou com ele, nomeadamente sobre os problemas relacionados com a situação política portuguesa e as perspectivas futuras, a articulação Governo-Partido, e a acção regional do PSD no Distrito de Leiria relacionada com as próximas eleições locais.

"Povo Livre" — É um membro do PSD. Concorde com esta definição? No entanto, primou sempre por uma grande independência de posições, mesmo no tempo de Sá Carneiro. Actualmente, como se posiciona em relação ao partido?

Tomás de Oliveira Dias — Não sei se sou um membro histórico do PSD. Mas, se para ser um membro histórico basta ter dado o possível

contributo pessoal, ainda que modesto, ao Partido, desde a sua fundação, serei um membro histórico do partido, como tantos militantes que, anonimamente, ajudaram a implantar o então PPD por esse país fora.

Quanto à minha independência de posições, também não sei exactamente o que é ser independente num partido político. Porque ser membro dum partido é assumir um compromisso, é aceitar uma

disciplina... Se, porém, assumir posições de independência dentro do partido significa procurar actuar apenas em conformidade com a consciência de militante, arredado de grupos e "panelinhas", dizendo sempre o que se pensa, mesmo ao arripio de ideias dominantes, então sempre procurei ser independente, agora, como no tempo do dr. Sá Carneiro. Dele conservo algumas cartas, em resposta a problemas que lhe expuz com total abertura, que são bem o testemunho da sua grandeza como militante e como estadista.

Para mim, o militante pode (e deve) ser independente desde que apresente internamente as suas discordâncias e aceite as decisões democráticas dos órgãos competentes. Esta independência é factor de progresso. Por isso, a minha posição actual, em relação ao Partido, é a de sempre. Tudo fazer no sentido do seu engrandecimento ao serviço do interesse nacional, sem prescindir nunca de apresentar os meus próprios pontos de vista.

"P.L." — E quanto ao Governo?

T.O.D. — Quanto ao Governo, como militante social-democrata, julgo que a minha posição só pode ser de apoio e de solidariedade, já que o PSD dele faz parte. É certo que não se trata dum Governo só do PSD que procure apenas por em prática o programa do Partido, mas é um Governo em que o PSD está empenhado a 100% e onde tem as principais responsabilidades.

Claro que não defendo um apoio cego e uma solidariedade incondicional. Um social-democrata nunca pode ser um incondicional. Enten-

do, sim, que o apoio de qualquer militante ao Governo deve ser exigente para que seja, também, responsável. Por isso, deve ser incrementado o diálogo interno no Partido e deste com o Governo, para que todos os militantes possam dar o seu contributo para a eficácia do Governo e este não actue longe das realidades.

"P.L." — Fez parte da anterior Comissão Política Nacional. Por que se encontra hoje relativamente afastado?

T.O.D. — Aceitei fazer parte da Comissão Política Nacional em momento particularmente difícil da nossa vida interna, quando diversas figuras importantes entenderam afastar-se da liderança política. Correspondi, então, ao convite que me foi feito por Sá Carneiro e Menéres Pimentel, tendo-me mantido na Comissão Política Nacional até ao último Congresso.

Deixei, então a CPN devido, não só a uma crise de saúde, agora felizmente ultrapassada, mas também porque defendo a rotação democrática dos responsáveis, a todos os níveis, nos quadros do Partido. Não podem ser sempre os mesmos a arcar com as responsabilidades de chefia, até porque esta desgasta e há que criar um lote quanto possível vasto de dirigentes preparados e com experiência.

O verdadeiro militante social-democrata não deve agarrar-se ao poder. Antes deve estar sempre disponível para "ser" ou "não ser" chamado a responsabilidades. Só assim se pode revitalizar o Partido e assegurar a sua continuidade. Doutra forma, entramos num processo de afunilamento que só pode ser prejudicial.



Voltando ao meu caso, deixei a CPN mas não deixei a militância. Presentemente, além de membro eleito do Conselho Nacional, sou vogal da Comissão Política Distrital de Leiria, onde me sinto muito bem e especialmente empenhado nas próximas eleições autárquicas.

"P.L." — Sendo actualmente um militante com responsabilidades a nível local, como entende que deve ser feita a coordenação das estruturas regionais e locais do Partido com as estruturas nacionais?

T.O.D. — A coordenação das estruturas regionais e

locais do partido com as estruturas nacionais é um problema de sempre.

Julgo que a sua solução passa, antes de mais, por uma correcta informação ascendente e descendente dentro do Partido, entre as cúpulas e os órgãos regionais e locais. Direi mais, até às bases, porque é fundamental que os órgãos locais prestem e colham informações do simples militante e até do simpatizante ou eleitor onde quer que se encontre. Para tanto, é necessário que as estruturas nacionais mantenham informadas as estruturas distritais e, estas, as secções, acerca do essencial da

(Continua na pág. 4)

ACÇÃO GOVERNATIVA:

**Governo moderniza
Função Pública**

**Produção de ferro
e tungsténio
vai ser desenvolvida**

(PÁG. 2)

**SITUAÇÃO
E PERSPECTIVAS
DO ENSINO SUPERIOR
NO ALGARVE**

**• Conferência de Imprensa
da CPD de Faro**

(PÁG. 3)



Vamos discutir...

Luís Campos Ferreira (*)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico apresentou, esta semana, as suas ideias para Portugal 'reformular o Estado para promover o crescimento'.

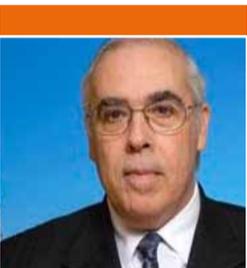
É um conjunto alargado de recomendações para actuar em praticamente todos os sectores do Estado, do edifício fiscal às políticas sociais, do mercado de trabalho à educação e qualificação dos recursos humanos, das infra-estruturas públicas ao mercado de produtos, da saúde à justiça... Sugestões que vão, inclusivamente, até às formas de melhorar a própria governação.

Não sendo uma cartilha, devia ser lido por todos com atenção, pois tem o distanciamento necessário para um diagnóstico realista e, ao mesmo tempo, aponta caminhos possíveis para o País resolver muitos dos seus problemas, alguns deles crónicos.

É um olhar independente do governo e dos partidos, por isso é natural que numas partes reforce as convicções de uns e noutras partes vá ao encontro do que defendem outros. Baixar os impostos sobre o trabalho e as empresas é uma das ideias.

Outra ideia é acabar com as reformas antecipadas. E se em vez de nos fecharmos em dogmas, nos abirmos à discussão?

(*) Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas ©CM



Interesses nacionais

Ângelo Correia (*)

A OCDE preparou um relatório sobre Portugal que foi agora divulgado.

Tem muitos pontos que merecem apoio, independentemente do sofrimento que nos possam incutir. Tem outros que não parecem ajustados, mas, para ambos, há um critério que devemos assumir, e que cada vez mais é imperioso reconhecer. A UE, o FMI, a OCDE, o BCE são seguramente entidades respeitáveis e relevantes. Talvez até gostem de Portugal e dos portugueses, mas não nos enganemos a nós próprios, eles olham-nos através de uns óculos que são deles e feitos para eles e não para nós. Por isso, devemos ouvi-los, e até às vezes somos obrigados a isso. Mas ouvir não é fazer o que eles querem, sobretudo enquanto ainda tivermos alguma autonomia para o fazer.

Este princípio tem a ver exactamente com o relatório da OCDE, quando sugere subida do IVA hoteleiro, invocando que tal favorece os ricos. Portugal sabe que a indústria turística é talvez o sector mais importante para a captação de divisas, de criação de emprego, de aumento da nossa riqueza. Se o matamos, obrigando por exemplo os turistas a pagar mais via impostos, estamos a reduzir a nossa competitividade e a dar oportunidades aos concorrentes. É obrigação de Portugal dizer não a sugestões destas que matam as nossas "capacidades distintivas" e as "nossas galinhas dos ovos de ouro". Aliás, por vezes damos mais valor ao que é rotulado de estrangeiro, em detrimento daquilo que é nosso.

No passado recente, e desde que aderimos à UE, ouvimos e seguimos demasiado as vozes de Bruxelas, mesmo contra os interesses nacionais portugueses. Foi assim que perdemos agricultura e pesca, que aceitámos os embates concorrenciais de países em vias de desenvolvimento, que porventura unificaremos o modelo fiscal com os países ricos da Europa, enfim, um rol de opções que muitas vezes nos conduziram e conduzirão a não ter voz própria na condução da nossa vida colectiva. Estar na Europa, nela participar, acreditar num projecto comum, não pode nem deve ser o aniquilamento dos nossos interesses, antes a criação de um espaço onde estes se celebrem mais facilmente. Portugal tem de começar a pensar em si próprio, e sermos nós a fazê-lo, e não outros em nosso nome.

(*) Gestor, cronista ©CM





O “Banco de Fomento”

Jaime Quesado (*)

O projecto em negociação de centralizar num futuro “Banco de Fomento” a gestão do Novo QREN é uma decisão muito oportuna. No contexto da actual situação económica e no meio de uma profunda crise financeira internacional, continua a ser evidente no nosso país a falta de um Modelo de Desenvolvimento que seja partilhado sob a forma de Contrato Estratégico entre o Estado e a Sociedade Civil. Os actores económicos e sociais (Municípios, Empresas, Universidades, Centros de Inovação) preocupam-se unicamente com a sua sobrevivência conjuntural e com isso têm desperdiçado a oportunidade única de fazer do QREN uma aposta sustentada para o futuro do país. Por isso, com o “Banco de Fomento” o Novo QREN pode ser um instrumento de desenvolvimento estruturante.

O QREN não pode ser interpretado pelos actores nacionais como mais um instrumento financeiro utilizável para dar cobertura a uma crescente falta de financiamento nos circuitos tradicionais. Em tempo de crise financeira, impõe-se mais do que nunca um verdadeiro “choque operacional” que conduza a mudanças claras e necessárias: desactivação das actividades empresariais sem valor, aposta maciça numa formação / educação que produza quadros reconhecidos pelo mercado, fixação de investimentos e talentos nas regiões mais desfavorecidas, criação de um contexto competitivo moderno voltado para a criatividade das pessoas e a qualidade de vida das cidades. O QREN dispõe dos instrumentos financeiros que poderão ajudar a alavancar toda esta Agenda de Mudança que queremos para o nosso país.

É por isso que a aposta num processo de desenvolvimento através do “Banco de Fomento” pode vir a recentrar a aposta em novas variáveis estratégicas. Um sinal de aposta nas políticas do conhecimento, centradas em territórios inteligentes e apostas na dinamização de verdadeiros “trabalhadores criativos”. Ideias muito simples e claras e para as quais mais não é necessário do que um pacto de “cumplicidade estratégica” e “convergência operacional” entre todos os que têm responsabilidades – actores públicos, empresas, Universidades e Centros de Saber. O QREN não pode ser interpretado como um mero instrumento conjuntural de resposta a uma crise estrutural mas antes como uma aposta estrutural capaz de alterar a conjuntura no futuro.

Portugal não perder esta oportunidade de alteração do seu paradigma de desenvolvimento estratégico através da aposta de um “Banco de Fomento” para o Novo QREN. Em tempo de profunda crise financeira, têm que ser accionados mecanismos de adequada utilização dos fundos disponíveis. O “Banco de Fomento” é um sinal positivo. O QREN tem duma vez por todas que se assumir como um factor estratégico de convergência positiva do país face aos novos desafios duma economia global complexa e exigente. Fazer da Economia a nova Plataforma de Crescimento do país é por isso um desígnio fundamental para os próximos tempos.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



A verdadeira conspiração

João César das Neves (*)

Se alguém pretender destruir a sociedade, como deve proceder? Multiplicam-se essas acusações e os réus são múltiplos, do Governo aos bancos, do euro aos corruptos. Tomemos então a sério tais denúncias. Se se quiser mesmo a aniquilação de Portugal, qual a forma mais eficiente de o conseguir?

Curiosamente as dificuldades recentes provam o oposto do que muitos alegam: o tecido social de um povo é sempre muito resistente, o que torna a sua destruição extremamente difícil. Uma crise económica, por grave que seja, nunca gera efeitos duradouros numa nação, quanto mais definitivos. Mesmo que a dose fosse muito maior, como na Grécia ou em Chipre, ao fim de uns anos tudo normaliza. Até o caso extremo da “grande depressão” dos anos 1930 não chegou para destruir os EUA, que aliás pouco depois dominavam o mundo.

Se o nosso inimigo radical passasse para métodos políticos ou militares, não teria melhor sorte. A França de 1792 ou a Alemanha de 1945 são casos extremos de pressão revolucionária ou demolição bélica. Mas nem essas gerações se perderam, quando mais a respectiva cultura e nação. A única conclusão razoável é que a sociedade é uma das realidades mais resistentes do universo. As contínuas referências a demolição nacional não passam, portanto, de exageros vácuos. Sabemos bem como as dificuldades levam muitos a carregar no acelerador retórico, disparando a grande velocidade para a asneira. Mas, apesar do que dizem, é muito difícil destruir Portugal.

Quer isto dizer que um malévolo não teria forma de conseguir os seus perversos intentos? Não. Há uma maneira, e é simples. Para matar um homem cortando-lhe os braços, é precisa uma espada; para o atingir no coração, basta uma agulha. A maneira mais eficiente de dar cabo de um povo é ferir o seu núcleo mais central. E é isso exactamente que nos está a acontecer.

Não existe nenhuma conversa sobre a família em que não se oiça que ela é a célula base da sociedade. Que poderemos então concluir da sua dramática crise contemporânea, senão que ela põe em risco a sobrevivência nacional? A única dedução possível é que está bastante adiantada uma degradação de todo o tecido cultural, de onde só recuperaremos com muita dificuldade. Um povo com dúvidas sobre o sentido de “cidadão” sofreria graves consequências. Que dizer de um que degrade o conceito de casamento?

A queda demográfica chega, só por si, para justificar enorme preocupação. Sem filhos não há futuro e a inversão da pirâmide etária cria vastas consequências. Como pretender crescimento económico numa população em regressão? Mesmo assumindo que a tacanhez actual só liga a questões económicas, fiscais e políticas, já teria aí muito com que se entreter.

A isto juntam-se as brutais consequências humanas, psicológicas, educativas, culturais e sociais que nascem de famílias em desagregação. Conflitualidade conjugal, explosão de divórcios, desequilíbrio emocional, precarização de relações, penetração do egoísmo, são sintomas evidentes e ameaçadores. O resultado é solidão, desespero ou embriaguez.

Tudo nasce de uma ideologia lasciva que impõe o postulado de que no sexo todos os prazeres são equivalentes e devem ser excitados. Esta mentira evidente e clamorosa consegue passar por razoável na propaganda libertina. O tempo que teme tabaco e obesidade promove divórcio, aborto, promiscuidade e depravação.

O que mais espanta é a apatia generalizada da população perante a podridão, enquanto se enfurece e assusta com questões económicas, secundárias e passageiras. As elites de poder, do CDS, PSD e PS, aplaudidas por PCP e BE, são parte activa do problema, não da solução. As leis recentes sobre o tema envergonhar-nos-ão durante séculos.

Portugal está doente, muito doente. Não pelo défice e dívida, nem sequer pelo desemprego e recessão. Tudo isso resolve-se em anos. A verdadeira doença que, mesmo não fatal, deixará mazelas por gerações, é a incompreensível, boçal e brutal dissolução familiar. Assim este período ficará marcado na nossa história. Se houver história.

(*) Professor universitário, naoahalmocosgratis@ucp.pt ©DN

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Junho de 2013, (segunda-feira) pelas 21h00 na Quinta do Encontro, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política e partidária, com a presença e intervenção do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiares Maduro
- 2 - Apreciação do relatório de actividades e ratificação das contas de 2012 do PSD do Distrito de Aveiro.
- 3 - Outros assuntos

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Maio de 2013, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação dos candidatos à Presidência das Juntas de Freguesia do Concelho, do cabeça de lista à Assembleia Municipal e do mandatário da candidatura
- 2 - Análise da situação política

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013:- Dar parecer sobre a deliberação da Comissão Política de Secção relativa à indicação dos principais candidatos aos órgãos das autarquias locais nos termos da alínea f), nº 2, do artº 53 dos Estatutos do PSD.
- 2 - Análise da situação política local e nacional num contexto de preparação do processo autárquico próximo.

PORTO / NÚCLEO OCIDENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto (NOP/PSD), para reunir no próximo dia 30 de Maio de 2013, (quinta-feira), pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua Igreja de Ramalde, 76/92, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação Documento Estratégico - Autárquicas 2013

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio de Moinhos para reunir no próximo dia 25 de Maio de 2013, (sábado), pelas 14H30 na sede da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único - Eleições Autárquicas - Apresentação de Candidaturas.



CONSELHO REGIONAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Conselho Regional do Porto, para reunir no próximo dia 7 de Junho de 2013, pelas 21h30m, no Auditório da Junta de Freguesia de Massarelos, sito na Rua do Campo Alegre, n.º 244, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política regional e nacional.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Mealhada, para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2013 (Sábado), pelas 19h00m, na Sede do PSD/Mealhada, sita na Avenida 25 de Abril, Lote B - Loja P, na Mealhada, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia.
Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 21 horas.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Estarreja, para reunir no próximo dia 4 de Junho de 2013, pelas 21h00m, na Sede do PSD/Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, n.º 109, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas 2013;
- 2 - Outros Assuntos de interesse.



Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt